

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Índice

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	01
BALANÇO PATRIMONIAL	05
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	06
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	07
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	08
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	09
1. CONTEXTO OPERACIONAL	10
2. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL	11
3. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	12
4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	14
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15
6. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	16
7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	16
8. PARTES RELACIONADAS	17
9. IMOBILIZADO	18
10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	21
11. PROVISÃO PARA LITÍGIOS	22
12. DIVIDENDOS DECLARADOS	23
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24
14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25
15. CUSTOS DOS GERENCIÁVEIS	25
16. RESULTADO FINANCEIRO	26
17. RECONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	26
18. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	27
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	30
20. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	36
21. EVENTOS SUBSEQUENTES	37

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Ao Conselho de Administração e Diretoria da
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 25 de março de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 29 de abril de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

A handwritten signature in blue ink, consisting of several overlapping, fluid strokes, is positioned above the printed name of the signatory.

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC-PE020728/O

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7.3	144.958	154.681
Investimentos temporários	7.3	166.395	46.879
Concessionárias e permissionárias	5	34.061	25.792
Serviços em curso		1.458	655
Tributos compensáveis		13.581	19.663
Despesas pagas antecipadamente		86	-
Outros ativos circulantes		15.449	581
Total do ativo circulante		375.988	248.251
Não circulante			
Tributos compensáveis		303	947
Imobilizado	6.1	1.062.810	1.092.227
Intangível	6.2	19.357	20.045
Total do ativo não circulante		1.082.470	1.113.219
Total do ativo		1.458.458	1.361.470

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante			
Fornecedores		12.856	13.956
Empréstimos e financiamentos	7	50.559	47.931
Obrigações sociais e trabalhistas		1.739	-
Tributos a recolher		11.029	10.379
Dividendos declarados	9	11.539	9.962
Encargos setoriais		2.838	1.747
Outros passivos circulantes		9.285	3.061
Total do passivo circulante		99.845	87.036
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	7	1.099.662	1.095.618
Tributos a recolher		94	94
Outros passivos não circulantes		281	-
Total do passivo não circulante		1.100.037	1.095.712
Patrimônio líquido			
Capital social	10	209.694	209.694
Reservas de lucro	10	48.882	(30.972)
Total do patrimônio líquido		258.576	178.722
Total do passivo e patrimônio líquido		1.458.458	1.361.470

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Operações em continuidade			
Receita / Ingresso	11	284.667	259.021
Transmissão de energia elétrica		284.664	259.021
Outras receitas		3	-
Tributos	11	(24.632)	(23.881)
PIS-PASEP		(4.442)	(4.300)
COFINS		(20.190)	(19.523)
ICMS		-	(58)
Encargos - Parcela "A"	11	(3.953)	(3.322)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(2.545)	(2.333)
Taxa de fiscalização		(1.408)	(989)
Receita líquida / Ingresso líquido		256.082	231.818
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	12	(43.774)	(40.921)
Pessoal e administradores		(4.896)	(4.935)
Material		(598)	(330)
Serviços de terceiros		(5.492)	(5.538)
Arrendamento e aluguéis		(30)	(80)
Depreciação e amortização		(32.907)	(29.761)
Outros		149	(277)
Resultado da Atividade		212.308	190.897
Resultado Financeiro		(93.030)	(98.413)
Receitas financeiras		32.043	30.456
Despesas financeiras		(125.073)	(128.869)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		119.278	92.484
Despesa com impostos sobre o lucro		(7.276)	(6.131)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(7.276)	(6.131)
Lucro líquido do exercício		112.002	86.353
Lucro por ação			
Básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias - R\$		0,534121	0,411805
Diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias - R\$		0,534121	0,411805

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultado do exercício	<u>112.002</u>	<u>86.353</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	<u><u>112.002</u></u>	<u><u>86.353</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>209.694</u>	<u>60.131</u>	<u>-</u>	<u>269.825</u>
Lucro do exercício:		-		86.353	86.353
Dividendos adicionais de 2021 distribuídos		-	(9.663)	-	(9.663)
Constituição de reserva legal	10.2 (b)	-	6.079	(6.079)	-
reserva de incentivos fiscais	10.2 (a)	-	20.496	(20.496)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios		-	-	(1.155)	(1.155)
Dividendos intermediários distribuídos		-	(76.661)	(81.170)	(157.831)
Dividendos adicionais propostos	10.2 (c)	-	8.524	(8.524)	-
Realização da reserva de lucros a realizar		-	(8.807)	-	(8.807)
(-) Proventos Excedentes da Contabilidade Societária	10.2 (d)	<u>-</u>	<u>(31.071)</u>	<u>31.071</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>209.694</u>	<u>(30.972)</u>	<u>-</u>	<u>178.722</u>
Lucro do exercício:		-		112.002	112.002
Dividendos adicionais de 2022 distribuídos		-	(8.524)	-	(8.524)
Constituição de reserva legal	10.2 (b)	-	6.452	(6.452)	-
reserva de incentivos fiscais	10.2 (a)	-	27.795	(27.795)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios		-	-	(1.226)	(1.226)
Dividendos intermediários distribuídos	10.3	-	-	(12.085)	(12.085)
Dividendos adicionais propostos	10.2 (c)	-	53.841	(53.841)	-
Realização da reserva de lucros a realizar		-	(10.313)	-	(10.313)
(-) Proventos Excedentes da Contabilidade Societária	10.2 (d)	<u>-</u>	<u>10.603</u>	<u>(10.603)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>209.694</u>	<u>48.882</u>	<u>-</u>	<u>258.576</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro do exercício	112.002	86.353
Despesas (receitas) que não afetam o caixa		
Depreciação e Amortização	32.908	29.761
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	113.081	125.278
Rendimentos de aplicações financeiras	(33.598)	- 31.930
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	7.276	6.131
	231.669	215.593
Variações nas contas do ativo e passivo circulante e não circulante		
Concessionárias e permissionárias	(8.269)	5.248
Tributos compensáveis	7.402	(5.227)
Despesas pagas antecipadamente	(86)	-
Outros ativos	(15.671)	(800)
Fornecedores	(1.100)	(2.706)
Obrigações sociais e trabalhistas	1.739	-
Tributos a recolher	616	(613)
Outros passivos a pagar	6.505	330
Encargos setoriais	1.091	717
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(7.773)	(3.051)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(59.865)	(24.965)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.918)	(5.559)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	156.113	182.018
Atividades de investimentos		
Aquisições no ativo imobilizado	(2.803)	(3.027)
Aquisições no ativo intangível	-	(205)
(Aplicação) resgate sobre aplicações financeiras	(85.918)	161.753
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(88.721)	158.521
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(46.544)	(18.541)
Dividendos pagos	(30.571)	(167.510)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(77.115)	(186.051)
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(9.723)	154.488
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes a caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	154.681	193
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	144.958	154.681
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(9.723)	154.488

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. (“Outorgada”), sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2016, controlada pela Equatorial Transmissão S.A. empresa do Grupo Equatorial Energia S.A, domiciliada no Brasil, na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no ST SCS - B, Quadra nº 09, Bloco A, Sala 1201, Parte 8, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, CEP 70.308-200. A Outorgada tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), 2ª Etapa-Replicação, consistente na:

- (a) Linha de Transmissão (LT) Igaporã III - Janaúba 3, em 500 kV, circuitos simples, com extensão aproximada de 257 km, com origem na Subestação Igaporã III e término na Subestação Janaúba 3^(*);
- (b) Linha de Transmissão (LT) Janaúba 3 - Presidente Juscelino, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 337 km, com origem na Subestação Janaúba 3 e término na Subestação Presidente Juscelino^(*); e
- (c) Subestação (SE) Janaúba 3 500 kV (novo pátio em 500kV – parte 1)^(*).

(*) Não auditado.

1.1 Contrato de concessão

O Contrato de Concessão nº 012/2017 assinados entre a ANEEL e a Outorgada em 10 de fevereiro de 2017, estabelecem regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O contrato de concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão são 30 (trinta) anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual exercício, a critério exclusivo do Poder Concedente.

A Outorgada está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 1598/2020, com validade até 25 de novembro de 2030, tendo sua renovação requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade.

2 Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A transmissão de energia elétrica a ser disponibilizada pela Outorgada é efetuada de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de transmissão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Outorgada está autorizada a cobrar a TUST - Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário procederá durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato de concessão.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada rede básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta rede básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis determinadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021. As Demonstrações Contábeis Regulatórias são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da Outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Essas diferenças estão sumariadas na nota explicativa nº 0 – Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatório e societário.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela Administração da Outorgada em 29 de abril de 2024.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

4 Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações contábeis societárias emitidas em 25 de março de 2024, apresentadas na nota explicativa nº 4, exceto quanto ao CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e quanto ao que se estabelece abaixo:

4.1 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução nº. 674 de 11 de agosto de 2015 vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

4.2 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no MCSE. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, a Outorgada tem incluído parte dos custos suporte, são os custos acessórios e auxiliares necessários a realização das obras, alocados inicialmente nas estruturas organizacionais relacionadas diretamente com investimentos (superintendências, departamentos, divisões, gerências, etc.) representadas por um coletor de custos. Essas estruturas são necessárias as etapas de formação dos ativos e devem estar vinculados as atividades de projeto, gerenciamento, montagem e fiscalização, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

4.3 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

4.4 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente a transmissão de energia é reconhecida quando o ONS apura/reconhece os valores que a Outorgada tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

5 Concessionárias e permissionárias

Os saldos de comissionárias e permissionárias em 31 de dezembro de 2023 são:

Descrição	Corrente a vencer	Corrente a vencida				Total 2023	Total 2022
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	28.986	1.944	1.186	368	1.577	34.061	25.792
Total	28.986	1.944	1.186	368	1.577	34.061	25.792

A Outorgada não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

6 Imobilizado e Intangível

6.1 Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/ 2022	Adições (A)	Outros (B)	Valor Bruto em 31/12/ 2023	Adições Líquidas = (A)+(B)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/ 2023	Valor Líquido em 31/12/ 2022
Transmissão								
Terrenos	151	-	-	151	-	-	151	151
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	21.327	-	-	21.327	-	(1.290)	20.037	20.748
Máquinas e Equipamentos	1.104.648	-	-	1.104.648	-	(70.212)	1.034.436	1.065.861
Veículos	587	-	-	587	-	(103)	484	568
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	1.126.713	-	-	1.126.713	-	(71.605)	1.055.108	1.087.328
Ativo Imobilizado em Curso R\$ Mil	Valor Bruto em 2022	Adições (A)	Outros (B) *	Valor Bruto em 2023	Adições Líquidas = (A)+(B)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 2023	Valor Líquido em 2022
Transmissão								
Máquinas e Equipamentos	691	4.829	-	5.520	4.829	-	5.520	691
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2.804	-	(712)	2.092	(712)	-	2.092	2.804
Veículos	-	90	-	90	90	-	90	-
Adiantamento a fornecedores	1.404	-	(1.404)	-	(1.404)	-	-	1.404
Subtotal	4.899	4.919	(2.116)	7.702	2.803	-	7.702	4.899
Total do Ativo Imobilizado	1.131.612	4.919	(2.116)	1.134.415	2.803	(71.605)	1.062.810	1.092.227

* Valor de R\$ 1.404 reclassificado para a conta de almoxarifado operacional

		2023		2022	
Ativo Imobilizado em Serviço R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Transmissão	3,12%				
Custo Histórico		1.126.713	(71.605)	1.055.108	1.087.328
		1.126.713	(71.605)	1.055.108	1.087.328
Em curso					
Transmissão		7.702	-	7.702	4.899
		7.702	-	7.702	4.899
		1.134.415	(71.605)	1.062.810	1.092.227

A composição das adições do exercício por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso – R\$ Mil	Material / equipamentos	Serviços de terceiros	Juros capitalizados	Outros Gastos	Total
Máquinas e equipamentos	2.165	2.576	2	86	4.829
Veículos	90	-	-	-	90
Total das adições	2.255	2.576	2	86	4.919

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação	
	(%)	
Transmissão		
Condutor de sistema		2,70%
Equipamento Geral		12,18%
Estrutura Geral		2,88%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Para o exercício de 2023, não houveram adições nem baixas ao imobilizado em serviço.

6.2 Intangível

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Valor Bruto em 31/12/2023	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
Ativo Intangível em Serviço					
Transmissão	21.113	21.113	(2.112)	19.001	19.689
Servidões	16.296	16.296	-	16.296	16.296
Softwares	3.166	3.166	(1.741)	1.425	2.058
Outros	1.651	1.651	(371)	1.280	1.335
Subtotal	21.113	21.113	(2.112)	19.001	19.689
Ativo Intangível em Curso					
Transmissão	88	88	-	88	88
Servidões	-	-	-	-	-
Softwares	36	36	-	36	36
Outros	52	52	-	52	52
Administração	268	268	-	268	268
Softwares	268	268	-	268	268
Subtotal	356	356	-	356	356
Total do Ativo Intangível	21.469	21.469	(2.112)	19.357	20.045

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

7 Empréstimos e financiamentos

7.1 Abertura do endividamento – R\$ mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adim- plente?	Data Captação / Repactuaç ão	Tipo de Garantia	Indexad or ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pgto Juros	Frequênc ia Pgto Juros	Data Próxima Amortizaç ão	Vencime nto Final	Frequênci a de Amortiz.	Sistemática Amortização
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	2.371	48.188	1.099.662	1.150.221	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BNDES - Subcredito A	1.167	29.794	536.291	567.252	Sim	abr-19	Real	IPCA	5,32%	15/01/24	Mensal	15/01/24	15/12/42	Mensal	SAC
BNDES - Subcredito B	1.204	18.495	565.186	584.885	Sim	abr-19	Real	IPCA	5,32%	15/01/24	Mensal	15/01/24	15/12/42	Mensal	Outro, especif. no cronograma
CCAP - BNDES	-	(101)	(1.815)	(1.916)	sim	abr-19	Não há	Pré	0,00%	31/01/24	Mensal	31/01/24	15/12/42	Mensal	Outro, especif. no cronograma

7.2 Cronograma de amortização do principal e juros de longo prazo

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						
	2024	2025	2026	2027	2028	2029+	Total
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	49.176	50.214	51.307	52.459	53.672	842.834	1.099.662
BNDES - Subcredito A	29.794	29.794	29.794	29.794	29.794	387.321	536.291
BNDES - Subcredito B	19.483	20.521	21.614	22.766	23.979	456.823	565.186
CCAP - BNDES	(101)	(101)	(101)	(101)	(101)	(1.310)	(1.815)

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

7.3 Abertura dos ativos financeiros

Instituição / Linha credora	Juros de Curto Prazo	Principal	Principal + Juros LP	Saldo 2023	Saldo 2022
Ativos Financeiros	-	311.353	-	311.353	201.560
Caixa e aplicações financeiras	-	-	-	-	-
Saldo final de caixa - Conta 111	-	8.554	-	8.554	8.398
Aplicação financeira CDB	-	136.404	-	136.404	146.283
Caixa e equivalentes de caixa - subtotal	-	144.958	-	144.958	154.681
Aplicação financeira Fundos DI	-	166.395	-	166.395	46.879
Investimentos temporários - subtotal	-	166.395	-	166.395	46.879

7.4 Composição do endividamento e dívida líquida

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo 2023	Saldo 2022
(+) Dívida Bruta	2.370	48.189	1.099.662	1.150.221	1.143.549
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	2.370	48.189	1.099.662	1.150.221	1.143.549
(-) Ativos Financeiros	-	(311.353)	-	(311.353)	(201.560)
Alta Liquidez	-	(311.353)	-	(311.353)	(201.560)
(+) Dívida Líquida I	2.370	(263.164)	1.099.662	838.868	941.989

7.5 Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Outorgada possuem garantias financeiras reais. Adicionalmente, a Outorgada possui covenants financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cuja apuração é anual e com base nas demonstrações contábeis regulatórias.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Outorgada cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

(=)	<u>Lucro líquido</u>	112.002
(+/-)	IR/CS	(7.276)
(+/-)	Resultado Financeiro	(93.030)
(+)	Depreciação e Amortização	(32.907)
(=)	<u>EBITDA</u>	245.215
(-)	IR e CS pago	7.918
(=)	<u>Geração de caixa (a)</u>	237.297
(+)	Pagamento de juros	59.865
(+)	Amortização de empréstimos e financiamentos	46.544
(=)	<u>Total do serviço da dívida (b)</u>	106.409

ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) (a)/(b) 2,2

ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) Limite >= 1,3

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

8 Provisões para litígios

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Outorgada com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso.

8.1 Cíveis

Existem contingências cíveis, cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2023 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Outorgada com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 429 (R\$ 389 em 31 de dezembro de 2022) para as quais não foi constituída provisão.

9 Dividendos declarados

Conforme o estatuto social da Outorgada, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

De acordo com o parágrafo 6.3.25 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), o valor dos dividendos e da reserva legal deverá ser calculado tomando por base o resultado societário.

Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício (societário)	156.840	142.073
(-) Reserva de incentivo fiscal	(27.795)	(20.496)
(-) Reserva legal	(6.452)	(6.079)
Lucro líquido ajustado	122.593	115.498
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	1.226	1.155
Realização da Reserva de Lucros a Realizar – Dividendos mínimos	10.313	8.807
Dividendos intermediários distribuídos	12.085	157.831
Dividendos adicionais propostos	53.841	8.524
Total dividendos	77.465	176.317

A movimentação dos dividendos declarados está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	16
Dividendos adicionais distribuídos de 2021	9.663
Dividendos mínimos obrigatórios de 2022	1.155
Dividendos intermediários distribuídos de 2022	157.831
Dividendos da reserva de lucro a realizar	8.807
Pagamento de dividendos no exercício	(167.510)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.962
Dividendos adicionais distribuídos de 2022	8.524
Dividendos mínimos obrigatórios de 2023	1.226
Dividendos intermediários distribuídos de 2023	12.085
Dividendos da reserva de lucro a realizar	10.313
Pagamento de dividendos no exercício	(30.571)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.539

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal”. Além disso, o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 estabelece que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Dessa forma, em uma primeira análise, dado que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal” e, dado que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, a exclusão do saldo destinado à reserva de incentivos fiscais da “base de cálculo” da reserva legal, apontaria para um equívoco por parte das companhias. Entretanto, os incentivos fiscais devem ser subtraídos da base de cálculo da reserva legal, pois devem ser integralmente destinados para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09).

10 Patrimônio líquido

10.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Outorgada subscrito é de R\$ 213.199, e totalmente integralizado é de R\$ 209.694.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o capital está representado por 213.198.792 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissão S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Outorgada.

De acordo com o Estatuto Social, a Outorgada está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 300.000, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

10.2 Reserva de lucros

	Nota	2023	2022
Reserva de incentivos fiscais	(a)	53.931	26.136
Reserva legal	(b)	40.027	33.575
Reserva de dividendos adicionais propostos	(c)	53.841	8.524
Proventos excedentes da contabilidade societária	(d)	(98.917)	(99.207)
Total		48.882	(30.972)

a. Reserva de incentivos fiscais

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Outorgada. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo desta reserva é de R\$ 53.931 (R\$26.136 em 31 de dezembro de 2022), a movimentação do exercício de R\$ 27.795 contempla o efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDENE utilizado no exercício de 2023.

b. Reserva de legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva legal corresponde a R\$ 40.027 (R\$ 33.575 em 31 de dezembro de 2022).

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

c. Reserva de dividendos adicionais propostos

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 25 de março de 2024, conforme divulgado em na nota explicativa nº 18 – Eventos subsequentes, foi aprovado a distribuição na integralidade da reserva no montante de R\$ 53.841 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 8.524 em 31 de dezembro de 2022).

d. Proventos excedentes da contabilidade societária

É constituída em função dos efeitos de GAAP (*Generally Accepted Accounting Principles*) entre a contabilidade societária e regulatória. Conforme o MCSE, a reserva legal e todos os efeitos que impactam o caixa advindos da contabilidade societária, devem ser refletidos na contabilidade regulatória, e como ambas possuem resultados diferentes, todas as diferenças são registradas no grupo em questão. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo desta reserva é negativo em R\$ 98.917 (negativo em R\$ 99.207 em 31 de dezembro de 2022)

10.3 Dividendos intermediários

Em 27 de junho de 2023, conforme a ata da Assembleia Geral Extraordinária, houve aprovação de dividendos intermediários de R\$ 5.982, à conta do lucro líquido apurado no primeiro trimestre de 2023, e em 09 de novembro de 2023, conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária, houve aprovação de dividendos intermediários de R\$ 6.103 à conta do lucro líquido apurado no período referente ao segundo trimestre de 2023, totalizando uma distribuição de dividendos intermediários no ano de 2023 de R\$ 12.085.

11 Receita operacional líquida

	2023	2021
Transmissão de energia elétrica	284.667	259.021
Receita operacional bruta	284.667	259.021
Tributos		
PIS-PASEP	(4.442)	(4.300)
COFINS	(20.190)	(19.523)
ICMS	-	(58)
	(24.632)	(23.881)
Encargos - Parcela "A"		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(2.545)	(2.333)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(1.408)	(989)
	(3.953)	(3.322)
Receita operacional líquida	256.082	231.818

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

12 Pessoal e administradores

	2023	2022
Pessoal	(3.881)	(4.447)
Remuneração	(2.188)	(3.970)
Encargos	(60)	(2)
Previdência privada - corrente	(179)	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	(598)	(474)
Outros benefícios - corrente	(856)	(1)
Administradores	(1.015)	(488)
Remuneração	(683)	(488)
Benefícios dos administradores	(332)	-
Total	(4.896)	(4.935)

13 Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados com base no lucro real às alíquotas de 25% para imposto de renda e 9% da contribuição social:

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	119.278	92.484
Imposto de renda e contribuição social corrente (25% e 9%)	(40.555)	(31.445)
Efeitos fiscais sobre:		
Incentivos fiscais (a)	27.794	20.496
Ativo contratual - CPC 47	5.485	4.818
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(7.276)	(6.131)

- (a) A Outorgada obteve em 2021 o benefício do lucro da exploração concedido pela SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) referente a redução de 75% da receita líquida da atividade operacional.

14 Revisão e reajuste tarifário

14.1 Reajuste Tarifário Anual

A Outorgada receberá pela prestação do serviço público de transmissão a RAP que será ajustada anualmente, por meio de resolução homologatória (REH) emitida pela ANEEL, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no mês de julho de cada ano. Para o ciclo 2023-2024, que teve seu início no mês de julho de 2023, a RAP da Outorgada é de R\$ 258.238, homologado pela REH 3.216/2023.

14.2 Revisão Tarifária Periódica

A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A última Revisão Tarifária Periódica (RTP) na Outorgada ocorreu por meio da REH 3.050/2022 (vigente a partir de 1º de junho de 2022), reajustou em 9,43% a RAP.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

15 Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatórios e societários

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a mesma seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, bem como as reclassificações entre rubricas realizadas nesta última com a finalidade de melhor análise de seus investidores.

Balanço Patrimonial

		2023			2022		
	Notas	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		144.958	-	144.958	154.681	-	154.681
Investimentos temporários		166.395	-	166.395	46.879	-	46.879
Concessionárias e permissionárias		34.061	-	34.061	25.792	-	25.792
Serviços em curso		1.458	-	1.458	655	-	655
Tributos compensáveis		13.581	-	13.581	19.663	-	19.663
Despesas pagas antecipadamente		86	-	86	-	(1.404)	1.404
Ativos de contratos	15.1	-	(302.858)	302.858	-	(270.056)	270.056
Outros ativos circulantes		15.449	-	15.449	581	-	581
Total do ativo circulante		375.988	(302.858)	678.846	248.251	(271.460)	519.711
Não circulante							
Tributos compensáveis LP		303	-	303	947	-	947
Ativo de contratos	15.1	-	(1.955.986)	1.955.986	-	(1.922.284)	1.922.284
Imobilizado	15.2	1.062.810	1.062.810	-	1.092.227	1.092.227	-
Intangível	15.3	19.357	18.077	1.280	20.045	18.710	1.335
Total do ativo não circulante		1.082.470	(875.099)	1.957.569	1.113.219	(811.347)	1.924.566
Total do ativo		1.458.458	(1.177.957)	2.636.415	1.361.470	(1.082.807)	2.444.277

		2023			2022		
	Notas	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Circulante							
Fornecedores		12.856	-	12.856	13.956	-	13.956
Empréstimos e financiamentos		50.559	-	50.559	47.931	-	47.931
Obrigações sociais e trabalhistas		1.739	-	1.739	-	-	-
Tributos a recolher		11.029	-	11.029	10.379	-	10.379
PIS e COFINS diferidos	15.4	-	(10.923)	10.923	-	(9.602)	9.602
Dividendos declarados		11.539	-	11.539	9.962	-	9.962
Encargos setoriais		2.838	-	2.838	1.747	-	1.747
Outros passivos circulantes		9.285	-	9.285	3.061	-	3.061
Total do passivo circulante		99.845	(10.923)	110.768	87.036	(9.602)	96.638
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos		1.099.662	-	1.099.662	1.095.618	-	1.095.618
PIS e COFINS diferidos	15.4	-	(242.127)	242.127	-	(223.248)	223.248
Imposto de renda e contribuições social	15.4	94	(345.757)	345.851	94	(315.645)	315.739
Outros passivos não circulantes		281	-	281	-	-	-
Total do passivo não circulante		1.100.037	(587.884)	1.687.921	1.095.712	(538.893)	1.634.605
Total do passivo		1.199.882	(598.807)	1.798.689	1.182.748	(548.495)	1.731.243
Patrimônio líquido		16					
Capital social		209.694	-	209.694	209.694	-	209.694
Reservas de lucros		48.882	(579.150)	628.032	(30.972)	(534.312)	503.340
Total do patrimônio líquido		258.576	(579.150)	837.726	178.722	(534.312)	713.034
Total do passivo e patrimônio líquido		1.458.458	(1.177.957)	2.636.415	1.361.470	(1.082.807)	2.444.277

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado

	Notas	2023			2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso	15.5	284.667	(66.504)	351.171	259.021	(100.929)	359.950
Transmissão de energia elétrica		284.664	284.664	-	259.021	259.021	-
Receita de O&M		-	(21.213)	21.213	-	(16.302)	16.302
Receita de remuneração de ativos de contratos		-	(329.955)	329.955	-	(319.119)	319.119
Receita de construção		-	-	-	-	(24.529)	24.529
Outras receitas		3	-	3	-	-	-
Tributos	15.5	(24.632)	20.200	(44.832)	(23.881)	21.314	(45.195)
PIS-PASEP		(4.442)	3.555	(7.997)	(4.300)	3.751	(8.051)
Cofins		(20.190)	16.645	(36.835)	(19.523)	17.563	(37.086)
ICMS		-	-	-	(58)	-	(58)
Encargos - Parcela "A"		(3.953)	-	(3.953)	(3.322)	-	(3.322)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(2.545)	-	(2.545)	(2.333)	-	(2.333)
Taxa de fiscalização		(1.408)	-	(1.408)	(989)	-	(989)
Receita líquida / Ingresso líquido		256.082	(46.304)	302.386	231.818	(79.615)	311.433
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		-	-	-	-	16.441	(16.441)
Variações das margens do ativo de contrato		-	-	-	-	15.087	(15.087)
Custo de construção		-	-	-	-	1.354	(1.354)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		256.082	(46.304)	302.386	231.818	(63.174)	294.992
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	15.5	(43.774)	(28.646)	(15.128)	(40.921)	(28.311)	(12.610)
Pessoal e administradores		(4.896)	-	(4.896)	(4.935)	-	(4.935)
Material		(598)	-	(598)	(330)	-	(330)
Serviços de terceiros		(5.492)	4.206	(9.698)	(5.538)	1.404	(6.942)
Arrendamento e aluguéis		(30)	-	(30)	(80)	-	(80)
Depreciação e amortização	15.2.1	(32.907)	(32.852)	(55)	(29.761)	(29.715)	(46)
Outras gastos operacionais		149	-	149	(277)	-	(277)
Resultado da Atividade		212.308	(74.950)	287.258	190.897	(91.485)	282.382
Resultado Financeiro		(93.030)	-	(93.030)	(98.413)	-	(98.413)
Despesas financeiras		32.043	-	32.043	(128.869)	-	(128.869)
Receitas financeiras		(125.073)	-	(125.073)	30.456	-	30.456
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	15.5	119.278	(74.950)	194.228	92.484	(91.485)	183.969
Despesa com impostos sobre o lucro		(7.276)	30.112	(37.388)	(6.131)	35.765	(41.896)
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício		112.002	(44.838)	156.840	86.353	(55.720)	142.073
Resultado líquido do exercício		112.002	(44.838)	156.840	86.353	(55.720)	142.073
Lucro por ação							
Básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias - R\$		0,53412	-	0,74795	0,41180	-	0,67753
Diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias - R\$		0,53412	-	0,74795	0,41180	-	0,67753

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

15.1 Ativo de contrato

O ajuste de R\$ 2.258.844 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 2.192.340 em 31 de dezembro de 2022), identificado entre o ativo contratual regulatório e o societário, é decorrente da não aplicação do CPC 47 – Receita de contrato com cliente, na contabilidade regulatória.

De acordo com a legislação regulatória, o ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção) pois a Outorgada terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão.

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

15.2 Imobilizado

O ajuste de R\$ 1.062.810 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.092.227 em 31 de dezembro de 2022), identificado entre o ativo imobilizado regulatório e os ativos de contrato e intangível societários, é decorrente da aplicação da legislação societária. Considerando que para fins regulatórios adota-se o ICPC01 (R1) além da estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados no ativo imobilizado garantindo que não seja afetado pelo CPC47.

15.2.1 Depreciação

Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os gastos relacionados as concessões eram capitalizados no ativo imobilizado e passariam a ser depreciados, de acordo a taxa de depreciação determinada pelo órgão regulador. A Outorgada aplicou os critérios das interpretações técnicas ICPC01 – (R1) e OCPC05 a partir do início da concessão.

15.3 Intangível

O ajuste de R\$ 18.077 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 18.710 em 31 de dezembro de 2022), identificado entre o ativo intangível regulatório e o societário, é decorrente da aplicação da legislação societária, onde o ativo financeiro intangível operacional é reconhecido como ativo financeiro amortizados e indenizáveis de acordo com as determinações do CPC47.

De acordo com a legislação regulatória são considerados como intangíveis: (i) os direitos de uso de software que são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares, desvinculados de equipamentos tangíveis (hardware), e são amortizados linearmente, de acordo com a vida útil estimada do software e (ii) faixas de servidão são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Outorgada, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

15.3.1 Amortização

Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os gastos relacionados as concessões eram capitalizadas no ativo intangível e passariam a ser amortizados, de acordo a taxa de depreciação determinada pelo órgão regulador. A Companhia aplicou os critérios das interpretações técnicas ICPC01 – (R1)/OCPC05 a partir do início da concessão.

15.4 Tributos diferidos

Os ajustes identificados entre os tributos diferidos da contabilidade regulatória e a societária, são decorrentes dos impostos de IRPJ/CSLL no valor de R\$ 345.757 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 315.645 em 2022) e PIS/COFINS diferidos no valor de R\$ 253.050 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 232.850 em 2022), onde todos os efeitos são referentes a aplicação do CPC 47 e ICPC 01 (R1) eliminados nas demonstrações regulatórias, incluindo os impactos fiscais reconhecidas sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% da receita de construção. A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que a Outorgada receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão.

15.5 Receitas e despesas do resultado do exercício

Todas as diferenças apresentadas no resultado do exercício, são geradas em função da Outorgada adotar na demonstração regulatória o ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, e com isso, eliminar todos os efeitos provenientes do CPC 47 - Receita de contrato com cliente, que inclui receitas, custo de construção e imposto diferidos.

16 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2023	2022
Saldos conforme contabilidade societária	837.726	713.034
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória (a)		
Atualização do ativo de contrato da concessão (ICPC 01) / (CPC 47) (a)	(579.150)	(534.312)
Saldos conforme contabilidade regulatória	258.576	178.722

- (a) O efeito é decorrente da diferença entre a contabilidade societária x regulatória, decorrente da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

17 Conciliação do resultado societário e regulatório

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldos conforme contabilidade societária	156.840	142.073
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	<u>(44.838)</u>	<u>(55.720)</u>
Lucro líquido regulatório no fim do exercício	<u>112.002</u>	<u>86.353</u>

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios, decorre do efeito da aplicação do CPC 47 e ICPC 01 em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

18 Eventos Subsequentes

Distribuição de dividendos adicionais

Em 25 de março de 2024, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 53.841, decorrentes do resultado do exercício.

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

José Silva Sobral Neto

Diretoria Executiva

Joseph Zwecker Junior

Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor Financeiro / Relação com os Investidores

Cristiano de Lima Logrado
Diretor

Ailton Costa Ferreira
Diretor

Waldênio Pereira de Oliveira
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Superintendente
Contador

CRC PE 012996-O-3 S-DF